

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Caroline Victória Coradi Gonçalves¹
Patrícia Gräff²

INTRODUÇÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos dados correspondentes ao ano de 2021, informa que “(...) a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária (PNAD, 2022, P. 11). Este é um percentual expressivo, da população e parte importante deste contingente está matriculada nas escolas comuns. Os dados do censo escolar de 2022 mostram que, no mesmo ano de 2021, dentre as 1.527.794 de matrículas de estudantes que compõem que o público da Educação Especial³, 1.372.985 estavam matriculadas no ensino comum (BRASIL, 2022). Entre outros elementos, esses dados nos mobilizam a pesquisar as práticas pedagógicas de inclusão, considerando a sua relevância para os professores da educação inclusiva e do ensino comum. A importância da pesquisa se dá pela possibilidade de compreensão das práticas pedagógicas de inclusão, a partir de uma revisão da literatura atual, que toma o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como fonte de busca, de onde foram selecionados dez artigos que constituem a superfície de análise. Esta pesquisa pretende produzir a análise e a problematização sobre as práticas descritas na literatura selecionada.

Os artigos escolhidos pontuam práticas em prol da inclusão dos alunos com deficiência; a reestruturação do modelo escolar pautado nos princípios neoliberais, que são excludentes aos que destoam do padrão; o capacitismo; a valorização das diferenças na escola e as práticas pedagógicas dos professores; bem como a sua formação, para atuar com os alunos da Educação Especial. No momento, ater-nos-emos ao tópico relacionado às práticas pedagógicas de inclusão das crianças com deficiência na escola, os demais focos, mencionados acima, serão analisados no decorrer desta pesquisa ao longo deste e do próximo semestre.

As práticas de inclusão possuem a finalidade de promover o acesso, a permanência e a aprendizagem de todas as crianças, independente das suas individualidades. Em relação aos estudantes com deficiência, é imprescindível que haja respeito e acolhimento por parte da comunidade escolar para com eles, compreendendo que são membros da sociedade com potencialidades próprias que podem ser desenvolvidas de maneira mais expressiva no âmbito escolar, haja vista que, para o que gostaríamos de discutir ao longo dessa pesquisa, a deficiência não

¹ Caroline Victória Coradi Gonçalves do Curso de Pedagogia – 7ª Fase/2023.2/2023. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó. caroliinevictoriia@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Orientadora. Prof^a. do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). patricia.graff@uffs.edu.br

³ De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o público da Educação Especial é composto por estudantes com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento (atualmente nominados como Transtorno do Espectro Autista) e altas habilidades/superdotação.

caracteriza um problema do sujeito que a tem, mas é emoldurada por um conjunto de saberes que a constituem, discursivamente, como uma questão social.

Partindo destas considerações iniciais, o objeto desta pesquisa é constituído pelas práticas pedagógicas de inclusão na escola, sob o questionamento de: como a literatura atual as descreve? O objetivo geral é compreender as práticas pedagógicas inclusivas a partir da literatura atual. Para responder à pergunta supracitada, produzimos os seguintes objetivos específicos: a) compreender o conceito de prática, a partir do campo dos Estudos Foucaultianos; b) compreender os processos históricos que foram constituindo a educação inclusiva, tal como a concebemos hoje, e c) analisar as práticas pedagógicas de inclusão descritas pela literatura atual, com aporte teórico na epistemologia pós-crítica.

1 METODOLOGIA

Este estudo utiliza como base a pesquisa qualitativa, por meio da realização de uma busca pela literatura atual, com o objetivo de compreender como ela descreve as práticas pedagógicas de inclusão na escola. Os estudos Pós-críticos serviram como subsídio para esta pesquisa, pois consideram questões antes invisibilizadas ou negligenciadas pela sociedade, como “gênero, sexualidade, etnia, cultura, nacionalidade (...)” (PARAÍSO, 2012, p.27), entre outros, questionando os padrões estabelecidos socialmente para o ser humano e o aluno em sala de aula, dando visibilidade ao estudante “diferente” ou “fora do padrão”.

A partir da abordagem metodológica pós-crítica, fizemos um primeiro levantamento de pesquisas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio dos descritores *práticas pedagógicas de inclusão*, encontramos 968 resultados e selecionamos três artigos. Em um segundo exercício, buscamos por *práticas pedagógicas e inclusão escolar*, encontramos 504 resultados e selecionamos quatro artigos. Por fim, procuramos por *práticas de inclusão e Educação Básica*, encontramos 577 resultados e escolhemos três artigos. Mudamos de descritores e períodos, para que conseguíssemos encontrar, com maior facilidade, os artigos que atendem ao tema da pesquisa. Aqueles que foram escolhidos, depois da leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, se aproximam da temática de pesquisa, os demais tratam sobre as práticas pedagógicas com crianças e adultos com características específicas, como por exemplo autismo, deficiência intelectual, altas habilidades, deficiência visual, entre outros, destoando desta etapa da pesquisa que discorre sobre as práticas pedagógicas de inclusão na escola, sem focar em determinadas condições de existência.

A partir da leitura integral dos arquivos, organizaremos sínteses dos textos, aproximando os focos temáticos entre si para criar categorias analíticas que serão analisadas a luz do referencial teórico escolhido. A partir das análises, parece-nos possível o rastreamento de práticas de inclusão que serviram como materialidade analítica de outras pesquisas e, de certa forma, orientam aquilo que acontece na escola, no que refere a inclusão. Por fim, acreditamos que as análises ainda possam ser acrescidas de outras pesquisas que venham a emergir da leitura dos materiais, em consulta a bibliografia utilizada em cada uma.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte do estudo, conceituaremos a prática ancoradas nas concepções de Michel Foucault, Noguera-Ramírez e Marín-Díaz, com a finalidade de compreendê-la de maneira mais aprofundada, pois será o aporte teórico da pesquisa.

A prática foi constituída, historicamente, de forma coletiva pelos sujeitos, sendo ela, não um fazer simples, mas um fazer movido pelas concepções e posicionamentos individuais de cada sujeito e do coletivo, que orientam e instituem como ela deve acontecer. No âmbito escolar, há o Regimento Escolar que é definido pelos profissionais da instituição de ensino com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - nº9394/1996, estabelecendo a organização pedagógica, administrativa e disciplinar da escola, ou seja, como a comunidade escolar deve agir diante das demandas internas e a conduta que os alunos devem ter. Isto torna evidente as “(...) técnicas e os procedimentos pelos quais se empreende conduzir a conduta de outros” (FOUCAULT, 2010, p. 6). Tais regras regem o funcionamento institucional da escola, cujas normas e ordenamentos que orientam a conduta dos seus educandos, determinam, por exemplo, respeitar a comunidade escolar, conservar limpo e organizado o ambiente, fazer fila para a hora do lanche, retornar para a sala de aula quando o sinal tocar, entre outros. Os educadores também seguem regras que mobilizam a sua prática na sala de aula, como por exemplo, manter uma determinada postura diante dos alunos, conhecer com profundidade os saberes que ministram, as técnicas e as metodologias de ensino e trabalhar com o conhecimento científico, pois na escola foi definido social e culturalmente que o tipo de conhecimento a ser ensinado é o científico, que é verídico, confiável, “(...) sistematizado e (ou) formalizado em teorias, conceitos ou disciplinas, etc”. (NOGUERA-RAMÍREZ, MARÍN-DÍAZ, 2017, p. 41).

Por outro lado, o conhecimento popular,

Refere-se ao conjunto de construções explicativas e ideias particulares ou comuns que, sem estarem sistematizadas em teorias, conceitos ou disciplinas, constituem um conhecimento prático, aceito e funcional derivado da experiência de vida de indivíduos e grupos. (NOGUERA-RAMÍREZ, MARÍN-DÍAZ, 2017, p. 41).

Este conhecimento está presente na escola, formando uma tensão com o conhecimento científico e compete ao docente compreender a importância de ambos, considerar e contribuir com as opiniões dos seus alunos, pautadas nestes saberes.

“(...) Toda instituição é a materialização histórica de certas relações de saber e poder que definem as posições que os indivíduos podem ocupar como sujeitos dessa prática”. (NOGUERA-RAMÍREZ, MARÍN-DÍAZ, 2017, p. 44). Neste sentido, pode-se refletir sobre as relações de saber e poder desenvolvidas pela sociedade contemporânea, pautada pela lógica Neoliberal que fomenta a competitividade, a performance e a meritocracia, definindo assim, as posições que os indivíduos ocupam socialmente, de acordo com o conhecimento que acessam, sua autoridade e influência social. Porém, esses indivíduos estão sujeitos a cumprir as regras que

regem a vida em sociedade, produzindo efeitos sobre a sua conduta. Na instituição de ensino, estas relações de saber e de poder estão presentes de forma intrínseca no cotidiano da escola, orientando a conduta dos professores e dos alunos, bem como a prática pedagógica empreendida.

A matriz normativa ou matriz de experiência que orienta as práticas é composta por três dimensões: os saberes, as normas e os sujeitos. As práticas são organizadas dentro e a partir dessa matriz, que “(...) é resultado de um regime de jurisdição e de veridicação, que definem toda regra” (NOGUERA-RAMÍREZ, MARÍN-DÍAZ, 2017, p. 45). O regime de jurisdição “(...) refere-se a comportamentos, ações, procedimentos, estabelecendo o que é permitido e o que é proibido e também permite estabelecer diferenças, comparações, habilidades e objetivos” (NOGUERA-RAMÍREZ, MARÍN-DÍAZ, 2017, p. 46). O regime de veridicação “(...) refere-se aos preceitos constituídos por determinadas noções, conceitos e teorias que obedecem a regras particulares que definem a sua veracidade” (NOGUERA-RAMÍREZ, MARÍN-DÍAZ, 2017, p. 46). O ser humano, para viver em sociedade de forma pacífica, precisa necessariamente de regras aplicadas a todos. Entretanto, o homem é um ser inacabado e, para que evolua e aprenda, é necessário que a escola intervenha, proporcionando o domínio de determinados conhecimentos e a socialização entre as crianças, que é o que nos humaniza e nos constitui enquanto pessoas e membros de uma comunidade, oportunizando a apropriação da cultura e a troca de saberes.

Enfim, a prática é subsidiada pela teoria, ou seja, tudo o que fazemos se ancora nos saberes construídos historicamente pela humanidade sob influência social e cultural de diversos povos. As regras também são um conjunto de conhecimentos e normas que constituem e mobilizam a prática, que sempre realizamos impulsionados por concepções, objetivos e metas individuais e coletivas que estão relacionadas com a nossa maneira única de ser e estar no mundo enquanto sujeitos.

O conceito de prática explicitado ao longo do texto, subsidiará a análise das práticas que serão localizadas na leitura dos artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa está em andamento.

CONCLUSÃO

A pesquisa está em andamento, haja vista que neste semestre selecionaremos outros materiais que contribuam com o estudo, que tem como próximos desafios: aprofundar os estudos sobre a prática e estudar o modelo social de deficiência, com o foco nas práticas pedagógicas de inclusão, na formação continuada e no ensino colaborativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: Curso no Collège de France (1982-1983)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022 - Pnad Contínua - Pessoas com Deficiência.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos, MARÍN-DÍAZ, L, Dora, 2017. **Saberes, normas y sujetos: cuestiones sobre la práctica pedagógica**.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analítica**. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.